

# ADOÇÃO DAS IFRS NO BRASIL: UM ESTUDO DA RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS

ADOPTION OF IFRS IN BRAZIL: A STUDY OF THE RELEVANCE OF ACCOUNTING INFORMATION ON INTANGIBLE ASSETS

ALESSANDRA VIEIRA CUNHA MARQUES<sup>1</sup>  
CASSIUS KLAY SILVA SANTOS<sup>2</sup>  
SIRLEI LEMES<sup>3</sup>

## RESUMO

A mudança de perfil das empresas em anos mais recentes tornou os ativos intangíveis tão ou mais relevantes que os ativos tangíveis. A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS, International Financial Reporting Standards) no Brasil, por seu turno, introduziu um tratamento distinto e maior detalhamento no reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis. Assim, na presente pesquisa se avaliou a relevância da divulgação das informações financeiras sobre ativos intangíveis no contexto brasileiro, nos anos de 2009 e 2010, período de transição das Normas Contábeis Brasileiras (BRGAAP) para as IFRS. Para tanto, se utilizou o modelo de especificação desenvolvido por Chalmers, Clinch e Godfrey (2008), que associa os preços das ações com o valor dos ativos intangíveis identificáveis e do goodwill. Encontrou-se que os números contábeis para os ativos intangíveis e o goodwill, ambos reconhecidos de acordo com as IFRS, refletem informações de maior relevância para os investidores, quando comparados com esses ativos divulgados em BRGAAP.

**Palavras-chave:** Value relevance. Ativos intangíveis. Goodwill. IFRS

## ABSTRACT

The change in companies' profile in recent years turn intangible assets as or more important than the tangible assets. The adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Brazil, in turn, introduced a different treatment and detail on the recognition and measurement of intangible assets. Thus, this study assessed the relevance of financial reporting on intangible assets in the Brazilian context in 2009 and 2010, the period of transition from the Brazilian Accounting Standards (GAAP) to IFRS. To this end, we used the specification model developed by Chalmers, Clinch and Godfrey (2008), which combines stock prices with the value of the identifiable intangible assets and goodwill. It was found that the accounting numbers for intangible assets and goodwill, both recognized in accordance with IFRS, reflect higher value relevance of information for investors when compared to those assets disclosed in BRGAAP.

**Keywords:** Value relevance. Intangible assets. Goodwill. IFRS.

---

Data de submissão: 01/10/2015 Data de aceite: 07/02/2017 Data de publicação: 17/11/2017

1 Mestre em Contabilidade Financeira pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora dos cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis na Fundação Carmelitana Mário Palmério (FUCAMP).

2 Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Professor de Ciências Contábeis na Fundação Carmelitana Mário Palmério – FUCAMP.

3 Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2000). Docente permanente do Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da UFU e do Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP-RP.

## 1 INTRODUÇÃO

A divulgação de demonstrações financeiras é um meio importante para os gestores comunicarem o desempenho da empresa e os mecanismos de governança para investidores externos (HEALY; PALEPU, 2001). Os autores argumentam que a demanda por divulgação de números contábeis surge da assimetria de informação e dos conflitos de agência entre administradores e investidores externos.

Diante de sua importância para o funcionamento do mercado de capitais, o fenômeno da “divulgação” das informações contábeis se tornou protagonista no desenvolvimento de pesquisas na área contábil (SALOTTI; YAMAMOTO, 2005; LOPES; SANT’ANNA; COSTA, 2007). Essas pesquisas investigaram o efeito da divulgação das informações contábeis no preço das ações e as razões econômicas para as informações divulgadas de forma voluntária (SALOTTI; YAMAMOTO, 2005).

Verrecchia (2001) denomina como “*value relevance*” as pesquisas que buscam a relação entre os valores de mercado das companhias e a divulgação das demonstrações financeiras. Esse tipo de pesquisa é caracterizado pelo estudo dos efeitos da divulgação no comportamento dos investidores, refletido nos preços das ações e no volume de negociações (VERRECCHIA, 2001).

Segundo Salotti e Yamamoto (2005), o mercado tem pouca informação sobre o valor da empresa e a divulgação deveria preencher essa lacuna, porém nem toda informação contábil é perfeita, perdendo assim sua relevância para o usuário. Para que a informação contábil seja considerada relevante, ela tem de ser capaz de influenciar os tomadores de decisões, trazendo informações tempestivas, levando-os a tomadas de decisões eficientes, bem como deve estar refletida no preço das ações das empresas (SALOTTI; YAMAMOTO, 2005; IATRIDIS, 2011; MACEDO; MACHADO; MURCIA; MACHADO, 2011).

Diante da necessidade de maior relevância e comparabilidade dos números contábeis entre as jurisdições (CALLÃO; JARNE; LAÍNEZ, 2007; LEMES; SILVA, 2007; CAIRNS; MASSOUDI; TAPLIN; TARCA, 2010; COSTA, 2012), surge o movimento de criação de padrão global de contabilidade denominado *International Financial Reporting Standards* (IFRS), coordenado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). No Brasil, o padrão IFRS se tornou obrigatório com a publicação da Lei 11.638/07 e da Instrução CVM nº 457/2007. A partir de então, todas as companhias de capital aberto tornaram-se obrigadas a apresentar, a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, suas demonstrações financeiras consolidadas adotando as IFRS, que foram trazidas para a realidade brasileira pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Entre as alterações nas normas contábeis, encontra-se a IAS 38 (aprovada, no Brasil, como CPC 04), que introduziu alterações na mensuração e no reconhecimento dos ativos intangíveis no Brasil. A nova norma alcança maior impacto considerando a importância que estes ativos assumiram no cenário econômico atual, qualificado pela propagação das tecnologias da informação, pelo surgimento de novos conceitos de riqueza, como o capital intelectual e relacional (CANIBANO; GARCÍA-AYUSO; SÁNCHEZ, 2000; LEV; ZAMBOM, 2003).

Dada sua importância para as organizações, a Lei 11.638/07 introduziu o subgrupo de ativos intangíveis no grupo do Ativo Não Circulante, os quais até então eram evidenciados de

forma dispersa nos grupos do ativo diferido, permanente ou investimentos. Porém, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388) alegam que “devido às dificuldades de definição e das incertezas na mensuração de seus valores e tempo de vida útil, os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da contabilidade”.

Essas incertezas e, por vezes, até impedimentos no reconhecimento e na mensuração desses ativos confundem a comunicação de informações financeiras relevantes para os investidores (OLIVEIRA; RODRIGUES; CRAIG, 2010). Barth, Kasznik e McNichols (2001) argumentam que os ativos intangíveis normalmente não são reconhecidos e que estimativas de seus valores justos não são divulgadas, aumentando a assimetria de informação entre gestores e investidores.

A mensuração e o reconhecimento, nos relatórios contábeis, dos ativos intangíveis (isto é, *goodwill* e ativos intangíveis identificáveis, tais como patentes ou marcas) têm atraído significativo interesse de pesquisadores em contabilidade, devido ao distanciamento crescente entre o valor contábil e o valor de mercado das empresas (CHALMERS; CLINCH; GODFREY, 2008). Segundo Ciftci, Darrough e Mashruwala (2013), passou-se de uma economia tangível para uma economia intangível e os relatórios contábeis divulgados com base nos *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP) de cada país têm perdido sua utilidade e relevância informacional para os investidores. Essa relevância pode ser restabelecida com a adoção das IFRS, pois de acordo com Barth, Landsman e Lang (2008), empresas que as adotaram geralmente evidenciam uma melhoria nas informações contábeis, quando comparados os períodos pré e pós-adoção.

Esse contexto de mudanças na contabilidade vivenciado no Brasil oferece um ambiente favorável para pesquisadores e acadêmicos investigarem a relevância dos valores dos ativos intangíveis para os investidores. No período de transição das normas contábeis BRGAAP para as IFRS, os ativos intangíveis foram apresentados sob duas formas distintas de reconhecimento e mensuração, em função do arcabouço legal em vigor. Em 2009, foram apresentados em BRGAAP e, devido às mudanças mencionadas, foram reapresentados nas demonstrações contábeis de 2010 em IFRS, para fins comparativos.

Considerando o cenário apresentado, o objetivo deste estudo foi identificar a relevância das informações financeiras divulgadas sobre os ativos intangíveis no contexto brasileiro, nos anos de 2009 e 2010, de acordo com os BRGAAP e as IFRS.

Para isso, investigou-se a associação entre os preços das ações das empresas brasileiras e o valor dos ativos intangíveis identificáveis e *goodwill*, utilizando o modelo de especificação desenvolvido por Chalmers, Clinch e Godfrey (2008). Avaliando que o período objeto do estudo possui dois regimes contábeis para intangíveis (BRGAAP e IFRS), foi possível a comparação dos reflexos das IFRS na relevância dos números contábeis. A amostra do estudo foi composta por 103 companhias abertas brasileiras com saldo de ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2010.

Considerando que a finalidade da adoção das IFRS é aumentar a utilidade da informação contábil, além de obter a comparabilidade dessa informação entre as empresas e ao longo do tempo para a mesma empresa, esta pesquisa justifica-se pela verificação de se os preços das ações refletem as informações contábeis sobre ativos intangíveis identificáveis e *goodwill*, evidenciando a relevância de tal informação para os investidores. Os resultados

dessa pesquisa podem subsidiar os órgãos reguladores de contabilidade e de mercado, em suas avaliações se os objetivos do IASB estão sendo alcançados.

Espera-se que a presente pesquisa contribua para a literatura contábil, ao fornecer evidências empíricas sobre as consequências da adoção das IFRS na relevância da informação para o investidor, com relação ao reconhecimento dos ativos intangíveis. Logo, busca-se demonstrar se as normas contábeis existentes para os ativos intangíveis atendem aos anseios dos investidores quanto a informações sobre esse grupo de ativos. Também espera-se complementar a pesquisa de Chalmers, Clinch e Godfrey (2008), mostrando a relevância dos números contábeis referentes aos ativos intangíveis para empresas brasileiras por setor de atuação, identificando, com isso, os setores econômicos que poderiam inspirar maior confiabilidade no investidor, no que se refere ao cumprimento das IFRS. Este artigo colabora com a prática contábil, indicando aos gestores das empresas brasileiras se os investidores usam as informações contábeis dos valores dos ativos intangíveis reportados para tomar suas decisões de investimentos, e conseqüentemente a relevância das informações divulgadas por setor para o mercado de capitais. Dennis (2014), ao tratar da natureza da prática contábil moderna, aponta que de forma explícita ou implícita a contabilidade é uma *atividade* ou *ação* e que é óbvio que as ações envolvidas são *intencionais* e não *acidentais* (destaques do autor). O autor ainda aponta que as decisões envolvem um raciocínio que é não dedutível e que algum julgamento deve ser exercido para se chegar a uma conclusão. Considerando o nível de julgamento envolvido nas IFRS, identificar a melhoria da relevância da informação após sua adoção é, de forma indireta, avaliar a qualidade dos julgamentos e das decisões dos gestores no reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis das empresas.

O trabalho encontra-se dividido em seis seções, incluindo esta. A seguir, encontra-se o referencial para sustentação teórica. Logo após, têm-se as seções referentes às hipóteses de pesquisa, desenho da pesquisa, apresentação e análise dos dados, encerrando-se com as considerações finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A fundamentação teórica do estudo apresentada nesta seção compreende a conceituação de ativos intangíveis e valor relevante da informação contábil, bem como estudos anteriores sobre os temas.

### **2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS**

No Brasil, até o advento da Lei 11.638/2007, que alterou a Lei 6.404/1976, não havia uma conceituação para ativos intangíveis nas normas contábeis. O que se tinha até então era apenas a orientação para a classificação dos intangíveis dentro do grupo do ativo permanente imobilizado (NBC T.3.2 - Normas Brasileiras de Contabilidade, do Balanço Patrimonial). A partir da alteração, o inciso VI no artigo 179 da Lei 6.404/1976 passou a apresentar a seguinte definição: “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos

destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.”

Além do fato de não ser um item composto de matéria física, outra característica que pode ser observada nos ativos intangíveis é a necessidade de subjetividade por parte dos profissionais de contabilidade para aferir e conseguir identificar o real valor de um intangível, assim como acontece em outras áreas humanas como a economia e a administração (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999) que também tentam fazer esta aferição. Dadas essas limitações no reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis e a crescente importância que esses ativos vêm assumindo no patrimônio das entidades, fica claro que as demonstrações financeiras tradicionais, baseadas em custo histórico, não captam o valor de mercado das empresas, reduzindo assim a sua utilidade (DAHMAH; DURAND; WATSON, 2009).

No entanto, a obtenção de valor justo para esses ativos intangíveis pode ser problemática, pois não existe mercado ativo para muitos desses ativos, o que contraria os objetivos do IASB de fornecer informações úteis, relevantes e confiáveis (BARTH; KASZNIK; MCNICHOLS 2001, HOLTTHAUSEN; WATTS, 2001). Wyatt, Matolcsy e Stokes (2001) encontraram uma grande diversificação nas práticas de evidenciação das classes de ativos intangíveis, indicando que gestores tentam manipular resultados contábeis. Também é possível que essa diversidade seja reflexo das tentativas dos gestores de encontrar maneiras de relatar, de forma confiável, o ideal de informações relevantes dentro dos limites impostos por normas contábeis existentes.

A pesquisa de Perez e Famá (2006), cujo objetivo foi mostrar a importância dos ativos intangíveis das empresas norte-americanas na geração de valor ao acionista, apontou que empresas com maior parcela de ativos intangíveis geraram maior resultado econômico e mais valor para seus acionistas. Lhaopadchan (2010) e Niculita, Popa e Caloian (2012) também constataram que os ativos intangíveis são elementos cada vez mais importantes nos balanços das companhias, influenciando no desempenho e no valor das empresas.

Segundo Reina, Reina e Ensslin (2011), as pesquisas de âmbito nacional parecem identificar e terem opiniões harmoniosas e positivas em relação a importância do ativo intangível para as companhias, como na agregação de valor ou até mesmo em função de vantagem competitiva. Antunes e Martins (2002) relatam que, com o passar dos anos, o ativo intangível tornou-se agregador de valores às companhias, uma vez que aspectos relacionados ao desenvolvimento tecnológico e intelectual se tornam elementos relevantes para a gestão das companhias.

Além disso, a pesquisa realizada por Barth, Kasznik e McNichols (2001), utilizando empresas com dados disponíveis no COMPUSTAT, demonstrou que os ativos intangíveis estão positivamente associados com a cobertura de analistas. Ou seja, as empresas com maiores valores de ativos intangíveis demandam menores esforços e custos dos analistas para previsão de lucros, logo, têm mais cobertura de analistas. Kim e Taylor (2014) também encontraram uma relação positiva e significativa entre o valor contábil dos ativos intangíveis e os preços das ações de empresas australianas. Portanto, os ativos intangíveis são relevantes para os agentes econômicos do mercado de capitais australianos.

Outro estudo que investigou o valor relevante e a confiabilidade dos números do *goodwill* e dos ativos intangíveis identificáveis foi realizado por Dahmash, Durand e Watson(2009), com dados de empresas australianas do período de 1994 a 2003. Os resultados mostraram que informações sobre os números dos ativos intangíveis identificados do *goodwill* são consideradas de valor relevante, porém não confiável, pois o *goodwill* é relatado de forma conservadora e os ativos intangíveis identificáveis são expostos de forma agressiva.

Barth e Clinch (1998) também encontraram que os ativos intangíveis reavaliados estão significativa e positivamente associados com os preços das ações das empresas australianas, contrariando a visão da literatura de que essas estimativas para o reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis não são confiáveis. Esses resultados sugerem que os ativos intangíveis têm implicações para a rentabilidade futura das empresas.

Assim, o que ressalta em relação aos estudos aqui apontados é que, apesar das dificuldades de reconhecimento e mensuração inerentes aos ativos intangíveis, os autores têm encontrado evidências de melhoria dos relatórios contábeis, da geração de valor para os acionistas e do valor relevante, o que permite apontar para uma aproximação entre os valores evidenciados nos relatórios contábeis e o valor de mercado das empresas.

## **2.2 VALUE RELEVANCE DA DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL**

A informação contábil é considerada uma ferramenta de suporte para as tomadas de decisões, inclusive para os usuários que avaliam investimentos em mercados de capital. Dessa forma, os números contábeis são ditos relevantes se eles são capazes de fazer a diferença para as decisões dos usuários das demonstrações financeiras (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001).

Hendrisken e Van Breda (1999) apresentam que as informações contábeis são importantes para o mercado de capitais, pois são capazes de auxiliar na definição dos preços das ações. Barth, Beaver e Landsman (2001) argumentam que o conceito de *value relevance* e relevância nas decisões é diferente, pois a informação contábil pode ser de valor relevante, mas não resultar em uma decisão relevante, por exemplo, se for posterior a uma informação de mercado mais oportuna. Nesta situação, o contador resumiria ou agregaria informações que podem estar disponíveis a partir de outras fontes. Com isso, os dados contábeis apenas confirmariam essas informações, perdendo sua qualidade e relevância informacional para a tomada de decisão dos usuários

Pesquisas sobre o valor relevante da informação em geral examinam a associação entre a variável dependente com base em valores de mercado do capital próprio e um conjunto de variáveis contábeis (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001; HABIB, 2004). Um número contábil é dito de valor relevante se ele tem uma associação com os valores de mercado do capital próprio das entidades (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001; BEAVER, 2002).

Brown, Lo e Lys (1999) analisaram o resultado do  $R^2$  de regressões de algumas pesquisas e constataram um declínio no longo prazo na relevância das informações contábeis durante o período pós Segunda Guerra Mundial. Para evitar viés estatístico nos resultados, devido a não se ter uma relação balanceada entre a quantidade e tamanho das empresas, os autores introduziram uma variável de controle para o tamanho da empresa. Suas conclusões estão baseadas no argumento de que o  $R^2$  que retorna das regressões apresentadas pelas pesquisas, que associam o resultado das empresas com o valor de mercado do capital próprio, é muito baixo para inferir que essa associação é economicamente relevante.

Francis e Schipper (1999) também encontraram um declínio sistemático na utilidade da informação financeira para os investidores de 1979 a 1999, medido pelo enfraquecimento da associação entre os valores de mercado de capitais e as variáveis: ganhos, fluxos de caixa e valores contábeis. Eles encontraram que a mudança nos negócios experimentada por empresas privadas norte-americanas é um fator importante na degradação do poder informativo das demonstrações financeiras. A crescente importância dos investimentos em ativos intangíveis, por meio de seu efeito sobre essas mudanças no porte das empresas, também é indicada como responsável para esse declínio na relevância dos números contábeis.

Por sua vez, Devalle, Onali e Magarini (2010) encontraram que a relevância da informação contábil aumentou após a adoção das IFRS para as empresas da Alemanha, França e Reino Unido. Os autores investigaram o poder informativo dos números contábeis de companhias abertas europeias após a adoção obrigatória às IFRS em 2005. Foram analisadas as demonstrações contábeis consolidadas de 2002 a 2007, de 3.721 companhias listadas nas bolsas de valores de Frankfurt, Madrid, Paris, Londres e Milão.

Gonçalves et al. (2014) também identificaram que as informações das companhias brasileiras se tornaram mais relevantes em relatórios contábeis elaborados com base nas IFRS. Os autores investigaram, entre outras variáveis, o maior poder de explicação do valor de mercado das empresas por meio de informações contábeis divulgadas após a convergência, quando comparado com informações geradas antes desse processo. Ao avaliar 50 empresas listadas na BM&FBovespa Barros, Espejo e Freitas (2013) compartilham do entendimento de que após o processo de adoção total das IFRS as companhias apresentaram maior relevância em suas informações divulgadas comparado ao período anterior. Outras pesquisas (BARTOV; GOLDBERG; KIM, 2005; BARTH; LANDSMAN; LAN, 2008; KADRI; AZIZ; IBRANHIM, 2009; COSTA, 2012) também mostraram que a informação contábil com padrão internacional é mais relevante do que os números contábeis divulgados sob o padrão contábil local. Essa melhora no poder informacional dos números contábeis pode ser consequência das mudanças significativas nos indicadores econômico-financeiros das empresas e do distanciamento entre a contabilidade financeira e a contabilidade fiscal.

Neste contexto, espera-se que as informações em padrão IFRS consigam satisfazer melhor as necessidades dos usuários, reportando com mais qualidade e relevância as condições empresariais para a tomada de decisão, quando comparadas ao padrão contábil local.

### 3. HIPÓTESE DE PESQUISA

Avaliar a associação entre os valores dos ativos intangíveis e os preços das ações fornece evidências proeminentes para esta pesquisa. As diferentes abordagens de reconhecimento e mensuração para os ativos intangíveis, sob BRGAAP e sob as IFRS, refletem informações distintas que podem ser importantes para os investidores.

A pesquisa realizada por Chalmers, Clinch e Godfrey (2008) mostra evidências de que as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as normas contábeis locais fornecem informações incrementais para os investidores em relação a ativos intangíveis identificáveis, mas essa relação não é verificada para o *goodwill*. Porém, quando as demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as IFRS, elas transmitem informações mais relevantes para os investidores sobre o *goodwill* do que quando elaboradas seguindo o padrão contábil local. Contudo, para os ativos intangíveis identificáveis não houve nenhuma evidência de que quando mensurados obedecendo as IFRS eles sejam mais úteis do que quando mensurados de acordo com as normas contábeis domésticas da Austrália.

Na investigação realizada por Oliveira, Rodrigues e Craig (2010), foi avaliado o valor relevante de ativos intangíveis identificáveis e *goodwill* divulgados nas demonstrações contábeis de todas as empresas não financeiras, listadas no mercado principal da Bolsa de Valores de Portugal para o período de 1998 a 2008. Encontrou-se que o resultado econômico para as empresas que evidenciaram *goodwill* e outros ativos intangíveis é altamente associado com o preço das ações. No entanto, os resultados da pesquisa sugerem que a migração para o padrão IFRS tenha trazido efeito positivo sobre a relevância de valor apenas para o *goodwill*, não apresentando relevância para o valor de ativos intangíveis identificáveis.

Para fundamentar os testes empíricos relacionados ao presente estudo, delinearão-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

**H<sub>1</sub>:** ativos intangíveis identificáveis reconhecidos e mensurados sob IFRS geram informações contábeis relevantes para os investidores.

**H<sub>2</sub>:** *goodwill* reconhecido e mensurado sob IFRS gera informações contábeis relevantes para os investidores.

### 4. DESENHO DA PESQUISA

Conforme mencionado, este trabalho investiga se a relevância dos valores dos ativos intangíveis divulgados difere entre os períodos pré e pós-convergência das normas contábeis brasileiras para as IFRS. Para tanto, esta pesquisa utiliza o modelo desenvolvido por Chalmers, Clinch e Godfrey (2008) com dados de empresas australianas, que passaram pelo período de adoção das IFRS no ano de 2005. O presente estudo foi desenvolvido no cenário brasileiro, que passou por uma situação semelhante de adoção das IFRS em 2010.

#### 4.1 Coleta de dados e amostra

Os dados das empresas para o estudo foram coletados do banco de dados do *software Economática®* dos anos de 2009 e 2010.

A comparação do valor relevante entre os períodos pré e pós-adoção é factível, pois os saldos de fechamento em BRGAPP, divulgados em 31 de dezembro de 2009, são os saldos de abertura reformulados em IFRS em 01 de janeiro de 2010. Com isso, foi possível comparar os saldos de ativos intangíveis identificáveis e *goodwill* em BRGAPP e IFRS mesurados no mesmo ponto no tempo, mas sob regras distintas.

Tabela 1 – Amostra da Pesquisa

DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS	Quantidade
Total de Companhias brasileiras listadas no ano de 2010	594
(-) Empresas excluídas	(491)
(=) Número de empresas que compõe a amostra	103

Fonte: elaborado pelos autores.

Algumas empresas foram excluídas da amostra pelas seguintes razões: ausência de dados da cotação dos valores das ações, saldo zero para bens intangíveis nos dois regimes contábeis, empresas do setor financeiro e ausência de divulgação das demonstrações financeiras em ambas as normas BRGAAP e IFRS. Essas exclusões se justificam pelo objetivo do estudo de testar a associação entre as medidas contábeis e os preços das ações após a divulgação dos relatórios contábeis. A exclusão das companhias financeiras se justifica pelo fato de estas seguirem uma regulamentação específica emitida por órgão competente (Banco Central do Brasil), além da especificidade dos ativos intangíveis deste setor.

Conforme apresentado na Tabela 1, a amostra final foi composta por aproximadamente 17% das companhias listadas (ano 2010), todas com divulgação de saldo de ativos intangíveis diferente de zero para demonstrações em BRGAAP e IFRS e com cotação de ações ordinárias no mês de divulgação das demonstrações contábeis.

#### 4.2 Modelo empírico

O modelo empírico aplicado nesta pesquisa, conforme mencionado, deriva do apresentado por Chalmers, Clinch e Godfrey (2008). O modelo original é apresentado pela Equação 1:

$$MVE_i = \alpha + \beta_1 ADJBVE_{AGAAP,i} + \beta_2 ADJBVE_{AIFRS,i} + \beta_3 INTANG_{AGAAP,i} + \beta_4 INTANG_{AIFRS,i} + \beta_5 GW_{AGAAP,i} + \beta_6 GW_{AIFRS,i} + \beta_7 NI_{AGAAP,i} + \beta_8 NI_{AIFRS,i} + \varepsilon_i \quad (1)$$

Em que:

$MVE_i$ : é o valor de mercado do capital próprio medido no fim do mês em que o relatório anual da empresa é liberado,  $ADJBVE_{AGAAP,i}$ : é o resultado do valor contábil do patrimônio, reduzido pelo valor dos ativos intangíveis identificados, menos o valor do *goodwill*, todos calculados com base no GAAP,  $INTANG_{AGAAP}$ : valor dos ativos intangíveis identificados, de acordo com o GAAP,  $GW_{AGGAP}$ : valor do *goodwill* de acordo com o GAAP,  $NI_{AGAAP}$ : valor do Patrimônio Líquido de acordo com o GAAP.

A fórmula adaptada do modelo desenvolvido por Chalmers, Clinch e Godfrey (2008), apresentada na Equação 2 permitiu a investigação da associação da do valor relevante, representada pela reação dos investidores (medida pelos preços das ações) com a divulgação dos valores de ativos intangíveis identificáveis e *goodwill*, mensurados sob BRGAPP e IFRS, por setores de atuação listados no Economática®. A adaptação no modelo consistiu na inclusão da variável *dummy* por setor de atuação, conforme listagem da BM&FBovespa, para captação do valor relevante também por setor.

$$LNVMC_i = \alpha + \beta_1 ADJVPL_{BRGAPP,i} + \beta_2 ADJVPL_{IFRS,i} + \beta_3 INTANG_{BRGAPP,i} + \beta_4 INTANG_{IFRS,i} + \beta_5 GW_{BRGAPP,i} + \beta_6 GW_{IFRS,i} + \beta_7 LL_{BRGAPP,i} + \beta_8 LL_{IFRS,i} + \beta_9 DS + \varepsilon_i \quad (2)$$

Onde:

$LNVMC_i$  = o valor de mercado do capital próprio da empresa  $i$ , medido no final do mês em que o relatório anual da empresa é liberado;  $ADJVPL_{BRGAPP,i} = VPL_{BRGAPP} - (INTANG_{BRGAPP} + GW_{BRGAPP})$ ;  $VPL_{BRGAPP,i}$  = Valor Contábil do Patrimônio relatado sob BRGAAP;  $INTANG_{BRGAPP, i}$  = ativos intangíveis identificáveis relatados sob BRGAAP;  $GW_{BRGAPP,i}$  = *goodwill* relatado sob BRGAAP;  $LL_{BRGAPP,i}$  = lucro líquido reportado em BRGAAP;  $DS$  = Dummy por setor de atuação conforme listagem da BM&FBovespa.

Definições análogas se aplicam para as variáveis em IFRS e todos os valores divulgados se referiram ao ano fiscal de transição das normas contábeis para as empresas da amostra. Todas as variáveis foram divididas pelo número de ações ordinárias em circulação no final do mês em que os relatórios contábeis das empresas são liberados para a BM&FBovespa.

## 5. RESULTADOS

Na Tabela 2 são apresentadas as estatísticas descritivas que permitiram comparar as diferenças nos valores contábeis em BRGAAP e IFRS, para o total da amostra (N=103). Observam-se os valores contábeis das médias e do desvio padrão das variáveis valor de mercado das ações, patrimônio líquido, ativos intangíveis *goodwill*, e lucro líquido.

Tabela 2 - **Resumo da estatística descritiva e setores analisados**

**Painel A: Empresas com ativos intangíveis e *goodwill***

Amostra total de empresas com ativos intangíveis e *goodwill* (N = 103)

<b>Em BRGAAP</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio-padrão</b>
Valor de mercado das ações (em milhões)	40.170	264.544,5
Valor contábil do Patrimônio líquido (em milhares)	2.850.344	8.107.397
Ativo intangível (em milhares)	875.877,2	2.602.418
Lucro líquido (em milhares)	298.699,9	706.114,4
<b>Em IFRS</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio-padrão</b>
Valor de mercado das ações (em milhões)	4.762,32	8.071,85
Valor contábil do Patrimônio líquido (em milhares)	2.836.470	7.492.756
Ativo intangível (em milhares)	1.009.289	2.465.743
<i>Goodwill</i>	50.766,59	349.492,70
Lucro líquido (em milhares)	338.858,7	671.690,1

**Painel B: Empresas por setor (segundo classificação do Economática®)**

Setor econômico	Nº de empresas	%	Setor econômico	Nº de empresas	%
Agro e pesca	2	1,94	Outros	22	21,36
Alimentos e bebidas	7	6,80	Papel e celulose	1	0,97
Comércio	6	5,83	Petróleo e gás	2	1,94
Construção	15	14,56	Química	4	3,88
Eletroeletrônicos	3	2,91	Siderurgia e metalurgia	2	1,94
Energia Elétrica	12	11,65	Software e dados	3	2,91

ADOÇÃO DAS IFRS NO BRASIL: UM ESTUDO DA RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS

Máquinas industriais	2	1,94	Telecomunicações	3	2,91
Mineração	2	1,94	Têxtil	7	6,80
Minerais não metálicos	1	0,97	Transportes e serviços	7	6,80
Outros*	22	21,36	Veículos e peças	2	1,94

Amostra total de empresas com ativos intangíveis e *goodwill* (N = 103)

\*Outros = é composto dos setores de serviço de engenharia, pesquisa científica, parque de diversão, outros tipos de escolas, outros serviços de apoio, serviços ambulatoriais, outros serviços ambulatoriais, serviços de apoio a empresa, outras indústrias, locadoras de imóveis, etc.

Fonte: elaborada pelos autores.

Observando a Tabela 2, Painel A, constata-se que, para os valores de mercado da empresa e valor contábil do patrimônio líquido, as companhias apresentaram valores menores em IFRS, em comparação aos valores identificados em BRGAAP. Para os valores dos ativos intangíveis e do lucro líquido, houve uma elevação em relação aos números apresentados em BRGAAP. Esses resultados confirmam os achados de Perez e Famá (2006) de que empresas com maior parcela de ativos intangíveis geraram maior resultado econômico e maior valor para seus acionistas. Ou seja, assim como nas empresas americanas, as empresas brasileiras quando aumentaram os valores dos seus ativos intangíveis aumentaram também seus resultados econômicos. Tais resultados podem ser indicativos de que a adoção das IFRS no Brasil levaram as empresas a reconhecerem os seus ativos intangíveis e a fazer tal reconhecimento pelos seus valores justos, o que é mais relevante para os investidores (BARTH, KASZNIK E MCNICHOLS, 2001).

No Painel B se demonstra os setores com saldo de ativos intangíveis e *goodwill* que compuseram a amostra, sendo os que têm o maior número de empresas com saldos de intangíveis e *goodwill* em ordem decrescente são: Outros (21,36%), Construção (14,56%), Energia Elétrica (11,65%).

Na Tabela 3 apresenta-se a matriz dos coeficientes de correlação de Pearson entre as variáveis do modelo. Averigua-se que nenhuma dupla de variáveis apresenta correlação elevada a ponto de causar um problema de inflação de variância (VIF) ou multicolinearidade, pois os maiores coeficientes apresentados estão próximos de 0.80 em módulo, conforme regra prática apresentada em Gujarati (2011). O teste de *Breusch-Pagan-Godfrey* apresentou resultado de Chi-quadrado igual a 0,68 e p-valor de 0,4108. Infere-se, portanto, que o modelo não é heterocedástico e, neste caso, as variâncias dos dados são iguais.

**Tabela 3 - Coeficiente de correlações de Pearson entre as variáveis**

	Vmc09	Vmc10	INTgaap	INTifrs	GWifrs	LL1	LL2	ADJ	ADJifrs
Vmc09	1,0000								
Vmc10	0,6869	1,0000							
INTgaap	0,2232	0,3301	1,0000						

ADOÇÃO DAS IFRS NO BRASIL: UM ESTUDO DA RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS

INTifrs	0,2323	0,2732	0,3737	1,0000					
GWifrs	0,0767	0,1460	0,0965	-0,0143	1,0000				
LL1	0,3967	0,2881	0,5483	0,1643	-0,0504	1,0000			
LL2	0,5382	0,3625	0,3211	0,3110	0,0615	0,2713	1,0000		
ADJ	0,2236	0,2588	0,0389	0,1612	0,0678	0,0697	0,2052	1,0000	
ADJifrs	0,2415	0,2791	0,1366	-0,0078	0,0624	-0,0289	0,3495	0,9252	1,0000

Vmc09: valor de mercado do capital próprio da empresa i para o ano de 2009, medido no final do mês em que o relatório anual da empresa é liberado, Vmc10: valor de mercado do capital próprio da empresa i para o ano de 2010, medido no final do mês em que o relatório anual da empresa é liberado, INTgaap: valor do ativo intangível em BRGAAP, INTifrs: valor do ativo intangível em IFRS, GWifrs: valor do goodwill em IFRS, LLbrgaap: lucro líquido em BRGAAP, LLifrs: lucro líquido em IFRS, ADJ:  $VPL_{BRGAAP} - (INTANG_{BRGAAP} + GW_{BRGAAP})$ , ADJifrs:  $VPL_{IFRS} - (INTANG_{IFRS} + GW_{IFRS})$

Fonte: elaborada pelos autores.

Com os procedimentos para exclusão dos *outliers*, adotaram-se os cálculos dos resíduos padronizados e utilizaram-se os pontos de corte sugeridos por Hair, Black, Babin, Anderson e Tatham (2009), cujo critério reside em excluir as observações com z-score  $> |2,5|$ , quando o tamanho da amostra é de cerca de 100 observações. Com isso, a amostra válida ficou constituída de 95 empresas em BRGAAP e 96 empresas em IFRS.

Na Tabela 4 apresentam-se os resultados das regressões preliminares para as variáveis valor de mercado das ações, ativos intangíveis identificáveis *goodwill* e lucro líquido, medidos sob BRGAAP e IFRS e por setor de atuação. São relatadas também as regressões separadas para as variáveis em BRGAAP e IFRS.

Os resultados são relativamente diferentes para as medições em BRGAAP e IFRS. Tal fato pode ser explicado pela inserção do *goodwill* na regressão em IFRS, pois essa variável não se mostra significativa para os acionistas no ano objeto de análise (2010). Os valores do  $R^2$  sugerem que os resultados da regressão para os valores em BRGAAP têm poder explicativo de 59,30% e em IFRS esse poder explicativo cai para 45,48%.

Analisando a Tabela 4, verifica-se que, para os dados em BRGAAP, todas as variáveis exibem poder explicativo sobre os preços das ações. No que se refere à regressão com variáveis em IFRS, o *goodwill* e o lucro líquido do exercício não apresentaram poder explicativo. Ou seja, em IFRS, apenas as variáveis ADJVPL (valor do PL menos os ativos intangíveis e o *goodwill*) e intangível refletem informações relevantes para os investidores. Esses resultados podem indicar que os investidores não confiam nas informações sobre o *goodwill* inseridas no contexto brasileiro por meio das IFRS e que o lucro líquido, que em BRGAAP era considerado relevante, deixa de ser no padrão IFRS. Esses resultados podem indicar desconfiança dos investidores de empresas brasileiras quanto a mensuração desses ativos, corroborando com a pesquisa de Wyatt, Matolcsy e Stokes (2001), de que os gestores tentam manipular resultados contábeis por meio do grupo de ativos intangíveis.

Esses resultados contrariam parcialmente os achados da pesquisa de Chalmers, Clinch e Godfrey (2008) para empresas australianas, e de Oliveira, Rodrigues e Craig (2010) para empresas portuguesas. Para empresas australianas, foi encontrado que as informações em IFRS têm poder de explicação incremental para os investidores sobre o *goodwill* e que as

normas locais australianas têm poder explicativo semelhante às IFRS para ativos intangíveis identificáveis. Para as empresas portuguesas, a mudança para IFRS não apresentou valor relevante incremental para o valor dos ativos intangíveis identificáveis e trouxe efeito positivo sobre o valor relevante do *goodwill*. Uma possível explicação para essa diferença nos resultados das pesquisas pode ser apontada pelas diferenças no ambiente institucional desses países e possíveis divergências entre as normas aplicadas (Brasil, Austrália e Portugal) que geram diferenças na relevância da informação contábil.

**Tabela 4 - Estatísticas das regressões para empresas com ativos intangíveis identificáveis e *goodwill* relatados sob BRGAAP e sob IFRS**

Resultados das Regressões para variáveis em BRGAAP e IFRS				
	BRGAAP (N=95)		IFRS (N=96)	
	Coeficientes estimados	Estatística t	Coeficientes estimados	Estatística t
Intercepto	12,35	9,18*	12,49	16,75*
ADJVPL	3,84	7,38*	2,14	2,71*
INTANG	2,85	3,77*	1,62	2,80*
GW	-	-	2,05	0,05
LL	1,55	4,53*	1,18	0,42

  

Resultado regressões com qualificação das Empresas por setor de atuação (classificação Economática <sup>®</sup> ).				
	BRGAAP (N=95)		IFRS (N=96)	
	Coeficientes estimados	Estatística t	Coeficientes estimados	Estatística t
DS Construção	1,05	0,77	1,52	2,28**
DS Comércio	1,62	1,14	1,77	2,06**
DS Alimentos e bebidas	1,51	1,08	2,04	2,28**
DS Petróleo e Gás	-1,20	-0,76	2,87	1,43
DS Agro e Pesca	-0,15	-0,09	0,34	0,19
DS Eletroeletrônico	1,01	0,71	0,46	0,44
DS Energia elétrica	1,42	1,01	1,50	1,79*
DS Máquinas industriais	2,08	1,39	2,00	1,90***
DS Mineração	2,49	1,77***	2,72	2,38**
DS Minerais não met.	0,47	0,35	0,99	0,78
DS Outros	0,72	0,52	1,72	2,20**
DS Papel e celulose	2,72	2,46	0,57	0,38
DS Química	1,06	0,75	0,64	0,67
DS Siderurg. e Metalurg.	3,12	1,56	2,46	2,34**
DS Software e dados	1,81	1,20	3,56	3,56*
DS Telecomunicações	1,82	1,21	0,47	0,41
DS Têxtil	0,72	0,52	1,34	1,59
DS Transporte e serviço	1,27	0,93	1,73	2,03**
DS Veículos e peças	1,19	0,86	2,16	2,05**
R <sup>2</sup>	0,5930		0,4548	

INTANG: ativo intangível identificável, GW: *Goodwill*, LL: o Lucro Líquido, ADJVPL: PL - INTANG - GW, DS: a *dummy* por setor, conforme classificação da Economática<sup>®</sup>. O preço da ação é medida no final do mês em que é feita a divulgação do relatório contábil de cada empresa. Significância estatística: \*1%, \*\*5%, e \*\*\*10%.

Fonte: elaborado pelos autores.

Analisando a divulgação das informações contábeis por setor, constata-se que as informações contábeis em BRGAAP são mais relevantes apenas para o setor de mineração.

Quando comparado com os resultados da regressão para as variáveis em IFRS, verifica-se que há um aumento do número de setor de atuação nas quais os investidores consideram os números contábeis com maior poder explicativo do que as empresas dos demais setores. Os setores aos quais são atribuídos maior poder explicativo são: construção, comércio, alimentos e bebidas, energia elétrica, máquinas industriais, mineração, outros, siderurgia e metalurgia, software e dados, transporte e serviços, e veículos e peças. Esses resultados vão ao encontro da pesquisa de Barth, Landsman e Lang (2008), de que as empresas que adotaram as IFRS geralmente evidenciam uma melhoria nas informações contábeis quando comparados aos períodos pré e pós-adoção.

Na Tabela 5 são apresentados os resultados da regressão com as variáveis em BRGAAP e IFRS conjuntamente. Neste formato, todas as variáveis são estatisticamente significativas ao nível de 1%, exceto o intangível em BRGAAP que é significativo ao nível de 10%. As variáveis ADJVPL em BRGAAP e *goodwill* em IFRS não apresentaram significância estatística, ou seja, indicam que não são de valor relevante para o acionista. Analisando os coeficientes da regressão e a sua significância estatística, infere-se que as variáveis ADJVPL e intangível em BRGAAP são de menor valor relevante para os investidores quando comparados aos números contábeis em IFRS.

**Tabela 5 - Estatística da regressão das variáveis para amostra de empresas com ativos intangíveis identificáveis e/ou *Goodwill* relatados sob BRGAAP e IFRS**

Resultado da Regressão conjunta com as variáveis em BRGAAP e IFRS (N=95)		
	Coefficientes estimados	Estatística t
Intercepto	11,99	17,36*
ADJVPL <sub>BRGAAP</sub>	-4,21	-1,63
ADJVPL <sub>IFRS</sub>	9,26	3,82*
INTANG <sub>BRGAAP</sub>	-3,28	-1,72***
INTANG <sub>IFRS</sub>	8,03	3,29*
GW <sub>IFRS</sub>	-7,62	-0,15
LL <sub>BRGAAP</sub>	1,76	2,55*
LL <sub>IFRS</sub>	-1,63	-2,75*
R <sup>2</sup>	0,5670	

INTANG: ativo intangível identificável, GW: *Goodwill*, LL: o Lucro Líquido, ADJVPL: PL - INTANG - GW. O preço da ação é medida no final do mês em que é feita a divulgação do relatório contábil de cada empresa. Significância estatística: \*1%, \*\*5%, e \*\*\*10%.

Fonte: elaborada pelos autores.

No que se refere ao lucro líquido em BRGAAP, este está positivamente associado aos preços das ações, o que não ocorre com os valores dessa variável em IFRS, mostrando que os números contábeis do lucro contábil perderam relevância para o investidor com a transição das normas contábeis brasileiras para IFRS. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388) alertam para as dificuldades de mensuração dos valores e tempo de vida útil dos ativos intangíveis, que para Barth, Kasznik e McNichols (2001) podem resultar em assimetria de informação entre gestores e investidores. Esses resultados da pesquisa com empresas brasileiras podem ser um indicativo de que os investidores ainda não reconheceram uma melhoria total na informação contábil conforme evidenciada por alguns estudos sobre

adoção das IFRS. Também pode ter Já os resultados encontrados para a variável ativos intangível em IFRS para as empresas brasileiras confirmam os achados das pesquisas de Barth e Clinch (1998), Barth, Kasznik e McNichols (2001), Perez e Famá (2006), Lhaopadchan (2010), Niculita, Popa e Caloian (2012), os quais encontraram que os ativos intangíveis são relevantes para os investidores. Destaca-se que, no contexto do Brasil, os ativos intangíveis em IFRS são mais relevantes para os investidores do que os ativos intangíveis mensurados sob o padrão contábil local.

A estatística do  $R^2$  (0.5670) mostra que a regressão conjunta com variáveis BRGAAP e IFRS fornece poder explicativo de 56,70% sobre a relevância da divulgação da informação contábil para os investidores, quando comparada com as regressões parciais em BRGAAP ou IFRS (Tabela 5). Infere-se, portanto, que o poder explicativo reduziu com a mudança nas normas contábeis no Brasil.

Adicionalmente, os resultados estatísticos para o *goodwill* aqui encontrados contrariam os dos estudos de Chalmers, Clinch e Godfrey (2008) e de Oliveira, Rodrigues e Craig (2010), que encontraram que esse ativo tem poder de elucidação incremental para os investidores. Portanto, rejeita-se a hipótese  $H_2$  de que o *goodwill* reconhecido e mensurado sob IFRS gera informações contábeis relevantes para os investidores. Quanto aos ativos intangíveis identificáveis, os resultados contrariam os achados desses autores, pois, na presente pesquisa, esses ativos mensurados em IFRS apresentaram maior valor relevante para os acionistas. Uma possível explicação para esse resultado pode estar no fato de que, até a adoção das IFRS no Brasil, não se tinha uma conceituação mais específica desses ativos, nem tão pouco um grupo específico no Balanço Patrimonial e orientações detalhadas para reconhecimento e mensuração dos intangíveis. Assim, saiu-se de uma situação em que o grupo não era definido ou distinto no balanço patrimonial, para um cenário de regras que amplamente tratam da definição, mensuração, reconhecimento e evidenciação dos ativos intangíveis, por meio da IAS 38. Essa mudança precisa ser melhor absorvida pelos elaboradores das demonstrações contábeis. Em sentido oposto, mas também com potencial para gerar resultados distintos dos encontrados em outros estudos, tem-se a adoção no cenário brasileiro de alguns pronunciamentos pelo CPC nos anos de 2007 e 2008, resultando em menor impacto em 2010 quando da adoção da íntegra das IFRS. Esse processo também pode ter comprometido o aumento do valor relevante da informação contábil pós IFRS, dado que o impacto das novas normas pode ter sido absorvido pelo mercado ao longo deste período. Os resultados apresentados dão subsídio para aceitar a hipótese  $H_1$  de que ativos intangíveis identificáveis mensurados sob IFRS geram informações contábeis relevantes para os investidores, em empresas listadas no Brasil.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desencadeado pelo interesse em investigar, por meio do modelo de especificação desenvolvido por Chalmers, Clinch e Godfrey (2008), adaptado ao cenário brasileiro, a associação entre valores contábeis para ativos intangíveis identificáveis e *goodwill* mensurados sob BRGAAP e IFRS e a valorização das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Ele teve o intuito de averiguar se as normas internacionais de contabilidade

afetam a relevância dos números contábeis sobre ativos intangíveis e se a percepção dos investidores, quanto a essa relevância da informação contábil seria afetada pelo setor de atuação das companhias da amostra. A amostra da pesquisa foi composta por 103 empresas que apresentaram saldos diferentes de zero para ativos intangíveis e ações ordinárias negociadas no mês de divulgação das demonstrações contábeis (2009 e 2010). Foram examinadas as variáveis em período pré e pós-adoção das IFRS, sendo possível observar os valores dos ativos intangíveis identificáveis e do *goodwill* mensurados sob as normas BRGAAP e IFRS para as mesmas empresas e no mesmo período.

Encontraram-se indícios para inferir que os ativos intangíveis, mensurados de acordo com as IFRS, refletem informações de maior valor relevante para os investidores quando comparados com essas mesmas informações divulgadas com base nos BRGAAP. Dessa forma, aceita-se a hipótese H<sub>1</sub>. Com relação ao *goodwill*, não foi detectada relevância desse ativo para os investidores e, portanto, rejeita-se a hipótese H<sub>2</sub>. Adoção de algumas IFRS, por meio do CPC, no período de 2007 a 2009 no Brasil e introdução de um conceito e de critérios de mensuração e reconhecimento distintos para os ativos intangíveis tem poder explicativo potencial para os resultados aqui encontrados.

Quanto à análise da relevância das informações contábeis por setor de atuação, os resultados estatísticos mostram que, para os investidores, os números contábeis em IFRS são mais relevantes para as atividades de construção, comércio, alimentos e bebidas, energia elétrica, máquinas industriais, mineração, outros, siderurgia e metalurgia, software e dados, transporte e serviços, e veículos e peças, ou seja, 11 das 19 atividades econômicas conforme classificado pela Economática®. Quando comparada com informações em BRGAAP, tem-se maior relevância apenas para o setor de mineração.

Esse estudo explora uma oportunidade única de investigar o cenário de transição no Brasil para as IFRS: o ano de 2009 em que os ativos intangíveis e o *goodwill* são divulgados nas demonstrações contábeis consolidadas em ambas as medidas BRGAAP e IFRS. Logo, os resultados dessa pesquisa podem ser úteis para os órgãos normatizadores de contabilidade acompanharem se o objetivo de maior relevância da informação contábil está sendo atingido. Espera-se que os resultados das regressões, que evidenciaram uma associação entre os preços das ações das empresas brasileiras e o valor do *goodwill* e dos ativos intangíveis identificáveis, possam estimular as empresas a aprimorar o conteúdo informacional de todos os elementos das suas demonstrações financeiras, tornando-as de maior valor relevante para o mercado. Este trabalho avança com relação à pesquisa feita por Chalmers, Clinch e Godfrey (2008), ao analisar também a relevância da informação contábil por setores econômicos de atuação das empresas brasileiras.

As principais limitações do estudo referem-se a aspectos metodológicos e a empresas com adoção voluntária das IFRS a partir de 2008. Quanto aos aspectos metodológicos, foi utilizada apenas uma metodologia de medição da relevância dos números contábeis, a qual considera que todas as demais variáveis econômicas permanecem constantes. Quanto às empresas, em 2008 e 2009 algumas empresas fizeram adoção voluntária das IFRS e estas não foram excluídas da amostra final da pesquisa.

O presente estudo não pretendeu esgotar o assunto sobre a relevância da divulgação das demonstrações contábeis para os investidores, mas sim estimular o interesse por essa linha de pesquisa. Estudos posteriores podem dar continuidade e fornecer maior robustez

aos resultados encontrados. Sugestões para pesquisas futuras incluem a comprovação da relevância da informação contábil para os investidores para os demais elementos (ativos, passivos e patrimônio líquido) dos relatórios contábeis, uma vez que as IFRS trouxeram mudanças significativas no reconhecimento e mensuração de vários outros elementos.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. Capital intelectual: verdades e mitos. **Revista Contabilidade e Finanças - USP**, São Paulo, n. 29, p. 41-54, maio/ago. 2002.
- BARROS, C. M. E.; ESPEJO, M. M. S B.; FREITAS, A. C. A relevância da informação contábil no mercado acionário brasileiro: uma análise empírica de companhias listadas na BM&FBovespa antes e após a promulgação da lei 11.638/07. **Revista Ambiente Contábil**, v. 5, n. 1, p. 241, 2013.
- BARTH, M.; CLINCH, G. Revalued financial, tangible and intangible assets: associations with share prices and non-market- based value estimates. **Journal of Accounting Research**, v. 36, p. 199-233, 1998. Suplemento
- BARTH, M.E.; BEAVER, W.H.; LANDSMAN, W.R. The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1-3, p. 77–104, 2001.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46n n. 3, p. 467-498, 2008.
- BARTOV, E.; GOLDBERG, S. R.; KIM, M. Comparative Value Relevance Among German, U.S., and International Accounting Standards: A German Stock Market Perspective. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 20, p. 95-119, 2005.
- BARTH, M.; R., KASZINK; M., MCNICHOLS. Analyst coverage and intangible assets. **Journal of Accounting Research**, v. 39, n. 1, p. 1-34, 2001.
- BROWN, S.; LO, K.; LYS, T. Use of R2 in Accounting Research: Measuring Changes in Value Relevance over the Last Four Decades. **Journal of Accounting & Economics**, v. 28, p. 83–115, 1999.
- CALLAO, S.; JARNE, J. I.; LAÍNEZ, J. A. Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 16, p. 148–178, 2007.
- CAIRNS, D.; MASSOUDI, D.; TAPLIN, R.; TARCA, A. IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. **The British Accounting Review**, v. 43, n. 1, p. 1-21, 2010.
- CANIBANO CALVO, L.; GARCÍA-AYUSO COVARSI, M.; SÁNCHEZ, P. M. La valoración de los intangibles: Estudios de innovación vs información contable-financiera. **Análisis Financiero**, v. 80, p.6-24, 2000.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.CPC.(2010). **Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível**. Disponível em:

<[http://www.cpc.org.br/mostraAudencia.php?id\\_audencia=64](http://www.cpc.org.br/mostraAudencia.php?id_audencia=64)>. Acesso em 08 ago. 2013.

CHALMERS, K.; CLINCH, G.; GODFREY, J. M. Adoption of International Financial Reporting Standards: Impact on the *Value Relevance* of Intangible Assets. **Australian Accounting Review**, v. 18, n. 46, p. 237-247, 2008

COSTA, P. S. **Implicações da adoção das IFRS sobre a conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras**.2012. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-30032012-173043/>>. Acesso em 14 jul. 2013,

DAHMASH, F. N.; DURAND, R. B.; WATSON, J. The value relevance and reliability of reported goodwill and identifiable intangible assets. **The British Accounting Review**, v. 4, n. 2, p. 120-137, 2009.

Dennis, I.**The Nature of Modern Accounting Practice**. Routledge studies in accounting. New York: Routledge, 2014.

DEVALLE, A.; ONALI, E.; MAGARINI, R. Assessing the value relevance of accounting data after the introduction of IFRS in Europe. **Journal of International Financial Management & Accounting**,v. 21, n. 2, p. 85-119, 2010.

FRANCIS, J. K. Have Financial Statements Lost Their Relevance? **Journal of Accounting Research**,v. 37, p. 319-352, 1999

GONÇALVES, J. C.; BATISTA, B. L. L.; MACEDO, M. A. S.; MARQUES, J. A. V. C. Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. **Revista Universo Contábil**, v. 10, n. 3, p. 25-43, 2014.

HABIB, A. Impact of earnings management on value-relevance of accounting information: Empirical evidence from Japan. **Managerial Finance**, v. 30, n. 11, p. 1-15, 2004

HAIR JUNIOR, J. F. ; BLACK, W. C; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Ed. 6, Porto Alegre: Bookman, 2009.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1, p. 405-440, 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLTHAUSEN, R.W.; WATTS, R.L. The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 3, n. 1-3, p. 3-75, 2001.

IATRIDIS, G. E. Accounting disclosures, accounting quality and conditional and unconditional conservatism. **International Review of Financial Analysis**, v. 20, p. 88-102, 2011.

KADRI, M. H.; AZIZ, R. A.; IBRAHIM, M. K. Value relevance of book value and earnings: evidence from two different financial reporting regimes. **Journal of Financial Reporting & Accounting**, v. 7, n.1 , p. 1-16, 2009.

KIM, S. H.; TAYLOR, D. Intellectual capital vs the book-value of assets: A value-relevance comparison based on productivity measures. **Journal of Intellectual Capital**, v. 15, n. 1, p. 65- 82, 2014.

LHAOPADCHAN, S. Fair value accounting and intangible assets: Goodwill impairment and managerial choice. **Journal of Financial Regulation and Compliance**, v. 18, n.2, p. 120-130, 2010.

LEMES, S.; SILVA, M. G. A Experiência de Empresas Brasileiras na Adoção das IFRS. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n.3 , p. 37-58, 2007.

LEV, B.; ZAMBON, S. Intangíveis and intelectual capital: an introduction to a specialissue. **European Accounting Review**, v. 12, n. 4, p. 597-603, 2003.

LOPES, A. B.; SANT'ANNA D. P.; COSTA, F. M. A relevância das informações contábeis na Bovespa a partir do arcabouço teórico de Ohlson: avaliação dos modelos de Residual Income Valuation e Abnormal Earnings Growth. **Revista de Administração**, v. 42, n. 4, p. 497-510, 2007.

MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. A. V.; MURCIA, F. D.; MACHADO, M. R. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do *value-relevance*. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 57, p. 299-318, 2011.

NICULITA, A. L.; POPA, A. F.; CALOIAN, F. The Intangible Assets -A New Dimension in The Company's Success. **Procedia Economics and Finance**, v. 3, p. 304-308, 2012.

OLIVEIRA, L.; RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R. Intangible assets and value relevance: Evidence from the Portuguese stock exchange. **The British Accounting Review**, v. 42, p. 241-252, 2010.

PEREZ, M. M; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças**. v. 17, n. 40, p. 7-24, 2006.

REINA, D.; REINA, D. R.; ENSSLIN, S. R. Intangible Assets: estudo epistemológico da produção científica internacional. **R. Adm. FACES Journal**, Belo Horizonte, v. 10 n. 4, p. 87-107 out./dez. 2011.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Ensaio sobre a teoria da divulgação. **Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 53-70, 2005.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

WYATT, A.; MATOLCSY, Z.; STOKES, D. Capitalisation of intangibles - a review of current practice and the regulatory framework. **Australian Accounting Review**, v. 11, n. 2, p. 22-39, 2001.